

A INCLUSÃO SOCIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM OITO ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOAS NO BAIRRO MATHIAS VELHO

Juliana Ludwig Justo

jujusto@unilasalle.edu.br

Anderson Moura Behm

mourabehm@ibest.com.br

Centro Universitário La Salle, Canoas, RS

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a concepção dos professores de Educação Física que atuam na rede pública do Município de Canoas no Bairro Mathias Velho frente à inclusão e a estrutura das escolas em relação aos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física. Os objetivos específicos são: identificar qual tipo de aluno especial se encontra na escola; identificar quais as possíveis causas das dificuldades dos professores; verificar se os professores têm algum tipo de apoio da rede em que atuam; verificar se os professores acreditam estar aptos para lecionar a qualquer tipo de aluno; verificar se as escolas estão adequadas para o acesso de portadores de necessidades especiais, como cadeirantes. Esta pesquisa é baseada em uma abordagem de investigação qualitativa, pois se apóia em referenciais teóricos de estudo de caso. A questão norteadora da pesquisa é: será que os professores de Educação Física da rede pública do Município de Canoas no Bairro Mathias Velho estão preparados para trabalhar com a inclusão social nas suas aulas? Os participantes são professores de Educação Física da rede pública do Município de Canoas no Bairro Mathias Velho. Os instrumentos utilizados foram entrevista semiestruturada, que foi gravada, e observação semidirigida ao propósito subjetivo, ou seja, como os profissionais percebem e qualificam suas atuações docentes e o apoio da escola na realização das exigências previstas pela educação inclusiva na Educação Física.

Palavras-chave: Professores. Educação Física. Inclusão social. Estrutura das escolas.

ABSTRACT

The general objective of this study is to understand both the conception of inclusion as seen by Physical Education teachers who work in public schools in the Mathias Velho area in the city of Canoas and the school facilities concerning students with special needs in Physical Education classes. The specific objectives are the following: To identify which type of special student is found at school; to identify the possible causes of the difficulties found by teachers; to verify whether teachers obtain some sort of support from the network in which they operate; to check whether teachers believe they are able to teach any kind of student; to verify whether the schools have suitable facilities for the access of students with special needs, such as wheelchair users. This research is based on a qualitative research approach, being grounded on theoretical references of case study. Its guiding question is the following: are Physical Education teachers from the public schools in Mathias Velho area in the city of Canoas prepared to work with social inclusion in their classes? Participants were Physical Education teachers who work in public schools in the Mathias Velho area in the city of Canoas. The instruments used were a semi-structured interview, which was recorded, and observation semi-directed to the subjective purpose, i.e. how professionals perceive and qualify both their teaching actions and the support provided by schools to meet the requirements for inclusive education in Physical Education.

Keywords: Teachers. Physical Education. Social inclusion. School facilities.

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios enfrentados pelas escolas nos últimos anos é enfatizar na prática os princípios que fundamentam o processo de uma escola inclusiva. Em relação à inclusão, dois eventos foram mundialmente significativos e considerados marcos dessa proposta, pois trataram de questões referentes à viabilização da educação para todos. O primeiro foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontiem, na Tailândia, em 1990, buscando garantir igualdade de acesso à educação para pessoas com qualquer tipo de limitação. O segundo foi a Conferência Mundial sobre Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994, em que foi elaborada a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais, que, “[...] inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais [...]” (CARVALHO, 1998, p. 146). A legislação da escola está embasada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), com princípios orientadores internacionais referentes às políticas dos direitos humanos e com as diretrizes emanadas pelos Estados e Municípios da República Federativa do Brasil (DMET, 1990; UNESCO, 1990; MEC1990; ESPANHA, 1994).

Percebem-se, no processo histórico da educação, as políticas públicas educacionais brasileiras. A educação pública do ensino fundamental assumiu legalmente um caráter democrático, no sentido do acesso, da gratuidade e da obrigatoriedade da educação. Sendo assim, é um direito de toda e qualquer criança e adolescente frequentar a escola, assim como é um dever do Estado e da família garantir esse direito. Para que exista realmente uma educação de qualidade em que todos, sem exceção, tenham esse acesso, é preciso que todos os profissionais e pessoas envolvidas nesse meio se mantenham atualizados, pois somente assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Segundo Mantoan (2005):

[...] o professor não tem que aprender como ensinar em específico as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), ele tem que se preparar para ensinar a todas as crianças, o ensino escolar vai mal porque a escola continua repetindo no século XXI o que foi a escola do século XVIII.

Dentro desse contexto, Stobaus e Mosquera (2004) afirmam que a Educação Especial assume um papel de crescente importância dentro da perspectiva de atender às exigências de uma sociedade em constante renovação.

Partindo do pressuposto de que cada vez mais alunos com necessidades especiais estão sendo matriculados em escolas regulares, busco, através desta pesquisa, refletir sobre as ações implantadas nas escolas regulares que favorecem ou não um processo de inclusão de qualidade para os alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs). A questão norteadora desta pesquisa é a seguinte: será que os professores de Educação Física da rede pública estão preparados para trabalhar com a inclusão social nas suas aulas?

Tem-se como objetivo geral compreender a concepção dos professores de Educação Física que atuam na rede pública do município de Canoas a respeito da inclusão e da adequação da estrutura das escolas aos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física.

Os objetivos específicos são:

- a) identificar qual tipo de aluno especial se encontra na escola;
- b) identificar quais as possíveis causas das dificuldades dos professores;
- c) verificar se os professores têm algum tipo de apoio da rede em que atuam;
- d) verificar se os professores acreditam estar aptos para lecionar a qualquer tipo de aluno;

- e) verificar se as escolas estão adequadas para o acesso de portadores de necessidades especiais, como cadeirantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo Mantoan (2005), a inclusão social consiste na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva deve acolher todas as pessoas, sem exceção, sendo elas os estudantes com deficiência física, os que têm comprometimento mental, os superdotados e as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. Dizer que não se tem preconceitos, significa, acima de tudo, ter respeito ao próximo, considerando as limitações das pessoas que estão no nosso convívio e na sociedade.

A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade, participem ou tentem acompanhar o ritmo dos que não têm alguma deficiência específica. Ela surge como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provocando e exigindo da escola brasileira novos posicionamentos e um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Se isso não ocorrer, as pessoas com necessidades especiais serão sempre dependentes e provavelmente terão uma vida cidadã pela metade. Para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.

Os objetivos da Educação Especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais (UNESCO, 1968, p. 12).

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existem pessoas iguais e de que são exatamente as diferenças entre os seres humanos que os caracterizam. O aluno é então compreendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se como um ser histórico diferente.

Antes de se falar do professor inclusivista, precisamos ter em mente o que afirma (SILVA, 2003, p. 60): “[...] não há um aluno-padrão, como freqüentemente a formação de professores faz crer.” Assim, ao escolher-se como profissão o ato de ensinar, é necessário estar disposto o suficiente para aceitar e compreender os obstáculos a serem enfrentados ao longo da carreira de educador.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente, ao mesmo tempo em que precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos, “[...] não podem ser uma capacitação voltada apenas para questões pontuais (tipo receita de bolo) e sim proporcionar aprofundamento teórico-metodológico[...]” (que a maioria dos professores, tanto do ensino regular quanto especial, costuma não ter), de forma que o educador se transforme em um “[...] professor que possa refletir e re-significar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu aluno [...]” (SILVA, 2003, p. 57).

Entretanto, para que isso aconteça, o professor deve ser “moldado” desde cedo, ainda em sua fase acadêmica, sendo preparado para as dificuldades, como as de planejar, reger e avaliar todo tipo de aluno. Já a percepção do aluno deve ser orientada para um determinado conteúdo que lhe apresente a necessidade de solução de um problema subentendido.

Para lidar com a inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), é preciso abandonar a ideia equivocada de que o professor tem que se preparar para atender alunos com deficiência. Segundo Mantoan (2005), não existe método de ensino especial para ensinar os conteúdos curriculares para esses alunos, [...]“o professor não tem que aprender como ensinar para alunos com deficiência. Ele tem de se preparar para atender a todas as crianças”.

A Educação Física pode colaborar no processo da alfabetização de várias maneiras; uma delas é através dos jogos. O jogo pode ser usado como instrumento para o desenvolvimento do processo de alfabetização da criança, influenciando-a de forma positiva. A criança pode ter maior facilidade de aprendizado se a atividade for proporcionada de forma lúdica. Freire (1989) observa que, através da transformação dos jogos, os alunos podem desenvolver sua criatividade e sua cognição e, principalmente, aprender a resolver problemas.

O Conselho Regional de Educação Física (CREF) serve para amparar os professores, estabelecendo suas competências e o exercício de suas atividades.

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) é uma instituição de direito público que tem como objetivo orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos profissionais de Educação Física. O CONFEF teve início nos anos 40. A iniciativa partiu das Associações dos Professores de Educação Física (APEF's), localizadas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Juntas, fundaram a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPE) em 1946.

Nas diretrizes para a educação especial, propõe-se “[...] uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial [...]” (BRASIL, 2001, p.60). A recomendação para que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais sejam matriculados na Rede Regular de Ensino está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é esta que, consciente de sua função, se coloca à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. A educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

A ideia de escola inclusiva teve início com a abertura de suas portas para receber os que estão fora dela, os excluídos. No entanto, em essência, a escola permanece com as mesmas condições deficitárias ministradas àqueles que já estavam supostamente incluídos (SOUZA; GÓES, 1999) e ainda com um ensino exatamente igual para todos, isso quando a escola deveria efetuar as devidas adaptações, com propostas diferenciadas perante a heterogeneidade das deficiências (GÓES, 2002).

Acredito que a escola também tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, como no oferecimento de materiais didáticos adaptados, cursos aos educadores para que conheçam novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar, por exemplo. Coll, Marchesi e Palacios (2004, p.43) afirmam que, “[...] quando uma escola estabelece entre seus objetivos prioritários a inclusão de todos os alunos, fica mais simples transferir a estratégia posteriormente à prática educativa nas salas de aula.” A escola deve estar empenhada na mudança, com a modificação de sua cultura e organização.

Além desse conjunto de fatores, a escola deve dar condições de trabalho ao professor, como: retribuição econômica, valorização social e de seu perfil profissional, por exemplo.

Outro fator importante é a liderança da escola. Leithwood e Tantz (1990, apud Coll Marchesi e Palacios, 2004, p.45), em seu estudo, estabeleceram seis estratégias para impulsionar os processos de mudanças nas escolas, são elas:

- a) reforçar a cultura da escola;
- b) realizar uma questão;
- c) impulsionar o desenvolvimento dos professores;
- d) estabelecer uma comunicação direta e frequente;

- e) compartilhar com outros o poder e a responsabilidade;
- f) utilizar símbolos e rituais para expressar os valores culturais.

Essas estratégias, de acordo com os autores, afetam de maneira explícita a cultura da escola e seu compromisso com a mudança educativa. A reforma da educação especial supõe a modificação dos valores, das normas, das atitudes dos professores e dos antigos modelos de aprendizagem, além da transformação cultural, propondo-se a participação dos pais e da comunidade, a fim de proporcionar de forma conjunta uma busca de soluções para os problemas existentes.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é baseada em uma abordagem de investigação qualitativa, pois se apoia em referenciais teóricos do tipo de estudo de caso.

Segundo Triviños (2008), a pesquisa qualitativa diz respeito à abrangência do conceito, à especificidade de sua ação, aos limites deste campo de investigação. Muitas informações sobre um determinado campo de pesquisa não podem ser quantificadas, precisando ser interpretadas de uma forma mais ampla.

A partir da pesquisa qualitativa, buscou-se o estudo de caso, por entender-se que melhor se enquadra neste projeto. De acordo com André (2005), o estudo de caso é um estudo pontual que toma porções reduzidas da realidade e se limita a retratar superficialmente essa realidade.

Foram utilizadas como ferramentas de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação semidirigida. A análise dos dados é feita segundo a Análise Textual Discursiva. A observação semidirigida ao propósito subjetivo buscou compreender como os profissionais percebem e qualificam suas atuações docentes e o apoio da escola na realização das exigências previstas à educação inclusiva na Educação Física.

De acordo com Triviños (2008), a entrevista semiestruturada é apoiada em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa através de questionamentos básicos, oferecendo um amplo campo de interrogativas que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

A observação semidirigida, segundo Triviños (2001), é a parte de um conjunto fundamental de aspectos que se deseja observar de acordo com os objetivos do estudo hipotético. O objetivo é observar alguns traços que interessam ao pesquisador.

Primeiramente, foram pesquisadas, através da Secretaria Municipal de Educação de Canoas as escolas municipais do Bairro Mathias Velho, coletando-se endereço e telefone para contato. Os participantes são professores de Educação Física do Ensino Fundamental da Rede Pública, no Bairro Mathias Velho do Município de Canoas, sendo investigadas oito escolas com onze professores. Através da Secretaria de Educação do Município de Canoas, chegou-se ao número de oito escolas no Bairro Mathias Velho com professores de Educação Física.

Tendo aceitação, entregou-se o termo de consentimento aprovado pelo Comitê de Ética do Unilasalle (CEP) CAAE nº 0042.0.404.000-11, que foi assinado, ficando uma via para o professor entrevistado e outra via para o pesquisador. O material da pesquisa será guardado por cinco anos pelo pesquisador; após esse tempo, o material será incinerado. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à participação dos sujeitos. O benefício relacionado à participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área da educação.

Na análise das informações, após leitura das metodologias utilizadas, encontrou-se a Análise Textual Discursiva como uma nova opção na pesquisa qualitativa, buscando trazer para um único domínio a análise textual, que ocorre tanto na Análise do Conteúdo quanto na Análise do Discurso, mas permitindo uma maior flexibilidade na interpretação das

informações por aceitar diferentes representações simbólicas (MORAES; GALIAZZA, 2007).

Tabela 1 – Categorias emergentes

CATEGORIAS EMERGENTES

- 1. A escola e a inclusão social**
- 2. A formação do professor de Educação Física para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais**
- 3. O professor de Educação Física e sua prática com alunos portadores de necessidades especiais**

Fonte: Autoria própria, 2011.

Para iniciar essa análise, a intenção era investigar a estrutura das escolas, questionando o professor no sentido de como ele vê a escola em que trabalha em termos de acessibilidade e material para alunos portadores de necessidades especiais, como cadeirantes ou com comprometimento nos membros inferiores.

Alguns relatos dos professores mostraram claramente suas dificuldades no que tange à forma como está sendo feita a inclusão em escolas de ensino regular, onde uma das maiores queixas recai sobre a falta de estrutura e de material, como fala o(a) entrevistado(a) 6, quando é feita a seguinte pergunta:

Pesquisador: Tu acreditas que a escola esteja apta para trabalhar com portadores de necessidades especiais?

Entrevistado(a) 6: Na estrutura física, não, porque falta muita coisa, não é, por exemplo, para essa criança que tem essa deficiência visual, falta muito material, não é, material para tu trabalhares “tato”, recursos auditivos, não é, por exemplo, para a Educação Física para as crianças, falta uma bola com guiso dentro para ela trabalhar, não é? Então a gente não tem, falta esse tipo de material. O deficiente mental, já é um pouco mais fácil de tu fazeres um trabalho com ele; ele não te exige um material mais específico, exige mais a questão afetiva, mais social, de aceitação do grupo. No mais, ele trabalha normal, mas acredito que a estrutura da escola tem que melhorar para aceitar todo tipo de deficiência [...].

A formação do professor de Educação Física para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais remete a um longo caminho de leituras e investigações. Sabemos que muitas coisas devem ser alteradas para que essa formação se torne adequada à realidade dos docentes, uma vez que os professores se sentem despreparados para lecionar para esse público, principalmente no que se refere à inclusão, havendo alunos com necessidades especiais matriculados no ensino regular e realizando atividades juntamente com os demais alunos. Os professores sentem dificuldades para adaptar suas aulas justamente pela falta de preparo, experiências e vivências nessa área.

Em algumas entrevistas semiestruturadas, surgiu o seguinte relato sobre a formação do professor de Educação Física:

Pesquisador: Essa questão da tua formação, em que ano que foi, onde foi? Teve alguma disciplina referente a portadores de necessidades especiais?

Entrevistado(a) 8: Eu me formei em 1988, e na época nós não tínhamos nenhuma cadeira, nem cursos, na época de formação, nessa área. Era a Educação Física totalmente prática.

Pesquisador: Tu te sentes preparado(a) para receber em tuas aulas alunos com necessidades especiais?

Entrevistado(a) 8: Preparado(a), não. É o que eu te falei, faltam cursos nessa área. Muitas vezes, a gente não sabe lidar bem, qual a síndrome que o aluno tem... Se a gente tivesse um apoio já, que viesse com laudo... Tu tens que trabalhar mais nessa área, o que esse aluno já fez... Se tivesse esse apoio, seria bem melhor.

Entrevistado(a) 3: Não, não teve nada. Eu me formei em 1993, não tinha nada, não teve nada mesmo; era o currículo bem antigo aquele. É era bem prático. As cadeiras eram bem práticas. Eu não tive nada no curso de Educação Física.

Como diz Mantoan (2005), “[...] o professor não tem que aprender como ensinar para alunos com deficiência. Ele tem de se preparar para atender a todas as crianças”. Trago essa citação após as falas acima, pensando que a formação deve abranger desde o início a construção do conhecimento do professor com os problemas que estão em evidência nas escolas de ensino regular, principalmente os relacionados com a inclusão, que está num momento de ênfase e adaptação.

Sobre a prática do professor de Educação Física, questionou-se sobre a concepção do professor em relação ao seu preparo para lecionar para alunos portadores de necessidades especiais:

Entrevistado(a) 9: Pois é, eu não me sinto, e se tu conversares com algum professor que te diga que está preparado, não é, é, nós temos as nossas necessidades de obtenção de conhecimento, na busca por aprender mais sobre inclusão. Nós vivemos num mundo que é preparado para a concorrência, para o perfeito, para o aluno, não é, aquele que está ali pronto para receber todas as atividades que nós formos propor, e não para esse que está, não é, que precisa de uma atenção especial [...].

Entrevistado(a) 5: Olha, eu não me sinto preparado(a). Eu acho que eu precisaria de mais apoio, entendes? Assim... Eu busco, trabalho algumas coisas, tento trabalhar algumas necessidades deles, mas acho que ainda é muito pouco para a necessidade do aluno, porque eu acho que esse aluno precisa mais de mim do que os outros até, e eu não me sinto em condições de dar esse trabalho que ele precisa.

Podemos compreender que o fenômeno da inclusão já possui um bom desenvolvimento em termos de conteúdos teóricos acerca do seu exercício, mas é evidente a falta de investimentos mais sólidos em seu exercício prático, tanto na formação dos novos professores quanto na ação pedagógica exercida nas escolas.

De acordo com toda a pesquisa feita, considerando também as entrevistas, as observações e toda a análise, percebe-se que os professores necessitam de maior conhecimento e vivência. Por último, mas não menos importante, são necessários alguns ajustes e alterações no curso de Educação Física para que a relação teoria e prática caminhem juntas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste processo de construção reflexiva através de estudos, diálogos, análises e discussões, traço algumas considerações referentes à estrutura das escolas, à formação e à prática dos professores de Educação Física no que se refere à inclusão social nas aulas de Educação Física no ensino regular no município de Canoas, no Bairro Mathias Velho.

A reflexão sobre a estrutura das escolas para a acessibilidade de alunos portadores de necessidades especiais evidencia como é importante as escolas estarem preparadas fisicamente para dar condições tanto para o professor quanto para o aluno. O aluno acaba sendo o mais prejudicado, porque sua construção de conhecimento fica comprometida, resultando uma frustração também do professor, por não alcançar seus objetivos em suas aulas.

Também se deve esclarecer que o professor, além de estar em um ambiente

situação, em função do grande número de alunos existentes em sala de aula e da falta de conhecimento do professor.

Vimos também que, quando perguntados sobre sua formação, os entrevistados desde o início têm uma visão de que a formação para professores tem falhas, é deficitária, trazendo poucas disciplinas referentes ao assunto inclusão social. Alguns professores não tiveram nenhuma disciplina desse gênero, e sua formação ocorreu em uma época em que o curso de formação de professores de Educação Física era bem prático. Percebemos que os cursos de Educação Física tiveram uma adequação no currículo, incluindo disciplinas sobre o tema da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, porém, como foi citado pelos entrevistados e corroborado pelo pesquisador, ainda é pouco.

A Educação Física tem na expressão corporal a oportunidade de desenvolver o ser humano na contemplação do educar como troca de experiências entre sujeitos e do físico através da subjetividade dos corpos em movimento.

A pedagogia que usa o corpo e sua expressão como forma de interpretar a realidade tem em seu princípio o desenvolvimento do sujeito através de aprendizagens resultantes de trocas de experiências. Desde o nascimento, a criança está em processo de aprendizagem, principalmente através do que os outros lhe possibilitam aprender através de novas vivências. A ação pedagógica daquele que ensina deve ultrapassar as capacidades intelectuais já adquiridas e proporcionar que novas aprendizagens sejam precursoras do desenvolvimento das capacidades iniciais (VYGOTSKY, 2001).

É importante possibilitar aprendizagem e vivência para os futuros professores, propondo mais atividades práticas relacionadas com a teoria. Como os próprios entrevistados relatam, a teoria é muito importante, mas, sem a prática, toda essa teoria fica um pouco vaga. A prática dá um significado para todas essas informações, que são de grande importância, mas quando ligadas à prática.

Percebeu-se que a grande maioria dos professores não se sente apto para lecionar para alunos portadores de necessidades especiais. Os professores sentem dificuldades, em função da pouca estrutura das escolas e, principalmente, da falta de conhecimento para lidar com a situação. Acredito que a inclusão, como se apresenta hoje, é muito boa, mas como socialização dos alunos com necessidades especiais com as outras crianças, e não pela aprendizagem.

Neste momento, em que este trabalho está se encerrando, ousou dizer que, no que se refere à inclusão social em termos de estrutura e ao próprio conhecimento do professor, estamos um pouco longe do ideal.

Foi muito gratificante e de um valor imensurável para minha construção acadêmica e profissional esta experiência. Procurarei como futuro professor, estar sempre me atualizando, buscando vivenciar e aprender como lecionar para qualquer tipo de aluno, independentemente da sua condição ou limitação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de, **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 13. ed. Brasília: Editora Livro, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o plano de nacional de educação e

dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: Livro 1. Brasília: MEC/SEESP. 1994. Disponível em: <portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013526.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 4024 de 21 de dezembro de 1961. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 1961. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei n.º 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Brasília, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 5692, de 12 de agosto de 1971. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.institutointegrar.org.br/Lei%20Federal%20N%208069%20%20direitos%20da%20crian%20E7a%20PD.htm>>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 1996. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1996/9394.htm>> Acesso em: jun. 2011.
CARVALHO Rosita Edler. **A escola como espaço inclusivo**. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 4., 1998, Presidente Prudente, SP. **Anais...** São Paulo, 1998.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades Educativas Especial**. 2. ed. v.3, Porto Alegre: Artmed., 2004.

Decreto nº 914/93. Disponível em: < portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec914.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

DECLARAÇÃO DE MADRI. Madri, Espanha, em 23 de março de 2002. Disponível em: < www.bancodeescola.com/madri.htm.> Acesso em: jun. 2011.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática de educação física.** Editora: Scipione. São Paulo, 1989.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M, K.; SOUZA, D. T.; REGO, T. C. (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Moderna, 2002.

_____. ; LAPLANE, A. L. F.; **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Hora da virada. **Inclusão: Revista de educação especial.**, v.1, n.1, Brasília: Secretaria de educação Especial, out. 2005. 2005.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez: 1992 (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** Ijuí/RS: Unijuí, 2007.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.** São Paulo: AVERCAMP, 2003.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. (org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos.** Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999.

STOBAUS, C. D. S.; MOSQUERA, J. **Educação Especial: em direção à educação exclusiva.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa.** Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. Porto Alegre, 2001.

_____. ; **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** Editora: Atlas S.A. São Paulo, 2008.

UNESCO. **A educação Especial: relatório sobre a situação atual e tendências de investigação da Europa, 1968.** Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf> Acesso em: JUN. 2011.

VYGOTSKY, L. S. LURIA A. R. LEONTIEV A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001.